

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS NA ESPANHA: UM OLHAR SOBRE SEVILHA¹

Recebido em: 18/01/2019

Aceito em: 08/10/2019

*Fernando Henrique Silva Carneiro*²
Instituto Federal de Goiás (IFG) – Campus Senador Canedo
Senador Canedo – GO – Brasil

*Álvaro Rodríguez Díaz*³
Universidade Complutense de Madri (UCM)
Sevilha – Espanha

*Fernando Mascarenhas*⁴
Universidade de Brasília (UNB)
Brasília – DF – Brasil

RESUMO: Esta pesquisa teve por objetivo analisar o processo de implementação de instalações esportivas na Espanha, com um olhar mais aprofundado sobre as instalações públicas de esporte de Sevilha, tendo por base a relação público-privado na gestão daquelas. O estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa documental e teórica em autores espanhóis, tendo um caráter quantitativo e qualitativo. Foi possível perceber que houve diminuição do crescimento da construção de instalações esportivas na Espanha, tendo ocorrido uma descentralização da gestão em direção a administração local e as empresas privadas. No âmbito da cidade de Sevilha identificamos que não houve crescimento da quantidade de instalações esportivas, sendo que os diferentes modelos de gestão (direta, social e privada) apresentam instalações, atividades e sociabilidades diferentes.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública. Instalações Esportivas. Gestão de Esporte.

THE PUBLIC-PRIVATE RELATIONSHIP IN THE MANAGEMENT OF SPORTS FACILITIES IN SPAIN: A LOOK AT SEVILLE

¹ Para que a pesquisa fosse desenvolvida houve apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, a partir do Edital nº 19/2016.

² Professor do Instituto Federal de Goiás, Doutor em Educação Física pela Universidade de Brasília e pesquisador do Avante/UnB.

³ Professor da Faculdade de Ciência da Educação na Universidade de Sevilha, doutor pela Universidade Complutense de Madri.

⁴ Professor na Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, Pós-Doutor em Política Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenador do Avante/UnB.

ABSTRACT: This research aimed to analyze the process of implementation of sports facilities in Spain, with a more in-depth look at the public sports facilities of Seville, based on the public-private relationship in the management of those facilities. The study was developed from a documentary and theoretical research in Spanish authors, having a quantitative and qualitative character. It was possible to notice that there was a decrease in the growth of the construction of sports facilities in Spain, with a decentralization of management towards the local administration and private companies. In the city of Seville we identified that there was no increase in the number of sports facilities, and the different management models (direct, social and private) present different facilities, activities and sociabilities.

KEYWORDS: Public Policy. Sports Facilities. Sports Management.

Introdução

Partimos do entendimento de que o esporte é uma prática social que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e pratica. O esporte estabelece uma relação dialética com a sociedade, influenciando e sendo influenciado por ela. Portanto, o esporte é uma prática social que se originou na modernidade com a sociedade capitalista, expressando assim seus valores (BRACHT, 2011).

À medida que a sociedade foi mudando, o esporte e as políticas esportivas também foram se transformando. Após a Segunda Guerra Mundial em grande parte da Europa foi implementado o Estado de Bem-Estar Social caracterizado pela garantia de diversos direitos, como saúde, educação, trabalho, e também, o esporte (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Deste modo, foram se desenvolvendo diversos documentos europeus que influenciaram o estabelecimento de políticas públicas de Esporte Para Todos⁵ no continente (SÁNCHEZ; GAVIRA; RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2014).

⁵ “O primeiro sentido que o Movimento Esporte para Todos recebeu foi o da democratização da atividade física/prática esportiva. O EPT confrontava com o Esporte de Rendimento que era destinado aos talentos e pessoas com biótipos certos. Os propósitos deste primeiro sentido do EPT se consumaram quando a Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO (1979) estabeleceu o Direito de todas as pessoas às atividades físicas e práticas esportivas. Foi neste primeiro sentido que o EPT difundiu-se entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos” (TUBINO, 2008, p. 27).

Destaca-se que desde o Tratado de Roma de 1957, o esporte tem sido visto como um direito dos cidadãos europeus. O Conselho da Europa intensificou o processo de discussão sobre o esporte, expressão disso é a Carta Europeia de Esporte Para Todos de 1975 (COMISIÓN EUROPEA, 1976), em que a prática do esporte foi reafirmada como direito de todos os indivíduos, sendo um elemento de desenvolvimento humano que deve ser garantido pelos recursos estatais. No que se refere às instalações esportivas, neste documento é colocado que a prática esportiva depende do número de instalações disponíveis, da variedade delas e da possibilidade de acesso, bem como, a necessidade delas serem planejadas de maneira global e envolver as diferentes instâncias governamentais (COMISIÓN EUROPEA, 1976). Além disso, para garantir estas instalações é previsto o estabelecimento de parcerias entre os setores públicos e privados.

Estas questões foram reafirmadas na renovada Carta Europeia do Esporte de 1992 (COMISIÓN EUROPEA, 1992) e no Livro Branco sobre o Esporte (COMISIÓN EUROPEA, 2007), assim foi definido que devem ser garantidas instalações e atividades esportivas sem qualquer distinção (raça, sexo, língua, religião, ideia política, etc.) e

Puesto que la práctica del deporte depende en parte del número y diversidad de las instalaciones y de las posibilidades de acceso a las mismas, su planificación global será competencia de los poderes públicos, que tomarán en consideración las exigencias nacionales, regionales y locales, así como las instalaciones públicas, privadas y comerciales ya existentes. Los responsables adoptarán las medidas precisas para garantizar la buena gestión y la plena utilización de las instalaciones en un entorno seguro (COMISIÓN EUROPEA, 1992, p. 8).

Em Comisión Europea (1992) fica claro a importâncias das instalações esportivas para a prática do esporte, destacando a importância dos poderes públicos para o planejamento daquelas.

Após a Segunda Guerra Mundial, aconteceram iniciativas na Europa para garantir o esporte como um dos direitos que compunham o Estado de Bem-Estar Social. Para Sánchez; Gavira e Rodríguez-Díaz (2014), este esforço fez com que muitos países da União Europeia multiplicassem e garantissem a prática esportiva a todos os estratos sociais. Entretanto, este processo se deu de maneira diferentes nos diversos países e regiões da União Europeia.

De acordo com García e Puig (2016, p. 39) “Los países del sur de Europa, en especial España, Italia, Francia y Portugal, el deporte ha contado con una mayor intervención del sector público que otros países del norte de Europa quienes proveen servicios de bienestar”. Molina-García e Fernández (2009) corroboram com este entendimento, apontando que há uma forte intervenção pública sobre esporte na Espanha, sendo a administração pública a principal promotora da prática esportivas há muitos anos (ESCAMILLA-FAJARDO; ALGUACIL; GIMÉNEZ-ESPERT, 2018). A perspectiva de intervenção estatal no esporte, na Espanha, se fortaleceu no processo de transição democrática (1979-1983) havendo o entendimento de que a melhor forma de fomentar o esporte para toda a população era a gestão ser realizada diretamente pela administração local⁶ (GARCÍA; PUIG, 2016).

Escamilla-Fajardo; Alguacil e Giménez-Espert (2018, p. 34) apontam que “[...] las entidades locales son las principales promotoras de servicios deportivos públicos,

⁶ Escamilla-Fajardo, Alguacil e Giménez-Espert (2018) esclarecem que na Espanha há três níveis de responsabilidade do sistema administrativo público do esporte: Administração Central, realizado a partir do Consejo Superior de Deportes que está vinculado ao Ministério de Educação, Cultura e Esporte; Administrações Autônoma com órgãos esportivos de cada Comunidade Autônoma; e Administração Local vinculado, principalmente, a gestão esportiva municipal.

debido a dos hechos: el grado de proximidad al ciudadano y sus demandas, y una mejor posición de cara a la gestión de las instalaciones deportivas.”. Há consenso entre os autores que as instalações esportivas⁷ é um dos componentes centrais da política esportiva local na Espanha (ESCAMILLA-FAJARDO; ALGUACIL; GIMÉNEZ-ESPERT, 2018; GALLARDO; GÓMEZ, 2004; PALOMA, 1994), sendo que são elas que dão base as práticas esportivas (GALLARDO; GÓMEZ, 2004).

O processo de garantia de diferentes direitos, a partir do Estado de Bem-Estar Social foi se modificando na Europa, sobretudo a partir de 1990, tendo reflexo sobre o esporte. Dessarte, a passagem para o ideário neoliberal e a lógica do Estado mínimo, fez com que grandes forças econômicas (*mass media*, multinacionais, marcas esportivas e setor financeiro) promovessem a mercantilização do esporte (SÁNCHEZ, GAVIRA E RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2014). Para Martínez-Tur; Tordera e Ramos (1996) o esporte e suas instalações tem um potencial maior para privatização e rentabilidade, devido a questões como, poucas instalações esportivas se atendem muitos usuários e satisfaz necessidades que não são encaradas como básicas (rendimento esportivo, treinamento, relações sociais, etc.).

Desta forma, muitas das políticas públicas desenvolvidas em âmbito mais geral na Europa, diminuíram o peso do setor público em detrimento do privado. García e Puig (2016) concordam que a partir do início dos anos 1990 houve uma mudança radical na hegemonia do setor público no que se refere a gestão esportiva, contando com uma maior presença de diferentes agentes sociais – colocam que a centralidade seria os

⁷ De acordo com Consejo Superior de Deportes (2005, p. 267), instalações esportivas “Es el espacio de uso colectivo, en el que se ha construido o realizado alguna actuación de adaptación para permitir la práctica físico-deportiva de manera permanente o que sea de general reconocimiento para el desarrollo de estas prácticas. Las instalaciones deportivas se componen de espacios donde se desarrolla la actividad físico-deportiva, que se denominan espacios deportivos.”.

clubes –, apontam que este processo foi influenciado pela crise econômica do período, o endividamento de muitos governos locais e a progressiva consolidação do processo de democratização da Espanha que levou a fortalecimento da sociedade civil. Quesada (2014) corrobora com o entendimento deste processo, apontando que a utilização do setor privado é cada vez mais intensa nas administrações públicas no oferecimento de serviços públicos, como o esporte, fruto do contexto de crise econômica, que levou a endividamento e escassez de recursos públicos dos governos espanhóis.

No âmbito da política esportiva espanhola, um dos principais reflexos foi sobre a gestão das instalações esportivas, circunscritas a administração local. O Consejo Superior de Deportes (2011) coloca que há a possibilidade de diferentes tipos de gestão da instalações esportivas: a) direta, em que a administração local realiza a gestão das instalações esportivas, tendo municípios que contam com órgãos específicos para este fim e outros que não; b) indireta, modelo em que a direção e controle da prestação dos serviços são total ou parcialmente indiretos, ou seja, a partir de uma empresa privada ou entidade esportiva, o serviços esportivos são explorados por certo período sob determinadas condições⁸; e c) gestão mista, é uma combinação da gestão direta e indireta, em que dentro de uma mesma administração esportiva municipal há instalações esportivas de gestão direta e de gestão indireta, apresenta duas possibilidade de gestão mista, por meio de clubes esportivos e por pessoas físicas ou empresas.

Quesada (2014) aponta que a utilização de concessões administrativas⁹ dos governos na União Europeia foi uma das formas de garantir que serviços públicos

⁸ O Consejo Superior de Deportes (2011) a partir da legislação espanhola aponta que a gestão indireta de instalações pode se dar por cinco variações: concessão, concerto, arrendamento, gestão interessada ou sociedade mercantil.

⁹ Para Quesada (2014, p. 67), as concessões administrativas são “[...] aquel proceso en el que se encomiendan actividades o servicios propios de la Administración pública a terceros, mediante un proceso competitivo, que se formaliza en un contrato administrativo, manteniendo la Administración, en

fossem concretizados, haja vista o entendimento de que teriam um menor gasto público e possibilitariam a sustentabilidade dos serviços municipais. No âmbito da Espanha, Rial (2014, p. 136) coloca que, “En la década de 1990 aparecen las empresas de gestión de servicios e instalaciones, combinándose una gestión mixta (pública y privada) y se demandan más y mejores profesionales.”.

A Espanha é um dos exemplos emblemáticos do processo mais amplo que se deu na Europa em relação ao esporte e as instalações esportivas (GARCÍA; PUIG, 2016; RIAL, 2014; MOLINA-GARCÍA; FERNÁNDEZ, 2009). Avançamos no âmbito local da gestão de instalações esportiva, buscando analisar os reflexos das questões mais gerais em uma das maiores cidades da Espanha, Sevilha. Temos como objetivo analisar o processo de implementação de instalações esportivas na Espanha, com um olhar mais aprofundado sobre as instalações públicas de esporte de Sevilha, tendo por base a relação público-privado na gestão daquelas. Dessarte, buscaremos perceber em que medida o processo mais amplo acabou afetando diretamente as instalações esportivas públicas, sendo em grande parte nessas que a população pratica esporte (PUIG; MAZA, 2008).

Refletir sobre as instalações esportivas e os diferentes modelos de gestão, na Espanha e em Sevilha, é uma maneira ter um olhar sobre o que tem se dado no contexto de um país que está no centro do capitalismo, pois aquilo que é realizado lá, geralmente, é utilizado como modelo a ser seguido pelos país na periferia do capitalismo, como é o caso do Brasil.

todo caso, la responsabilidad y el control sobre la prestación del servicio o actividad, disponiendo de amplios poderes sobre el concesionario para proteger y defender los intereses públicos y garantizar los derechos de los ciudadanos y ciudadanas, mediante las prestaciones que conforman los servicios públicos concesionados.”

Metodologia

O estudo foi realizado em Sevilha e também no âmbito da Espanha por ter sido desenvolvido intercâmbio de doutorado sanduíche de um dos autores naquela cidade. Além disso, a escolha de Sevilha se deu por expressar no âmbito micro aquilo que tem se dado na Espanha e na Europa sobre as instalações públicas de esporte e seus diferentes modelos de gestão (RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2008).

O estudo contou com uma pesquisa documental, tendo um caráter quantitativo e qualitativo. A pesquisa foi realizada a partir de fontes primárias e secundárias. No âmbito mais geral da Espanha foi utilizado o Censo Nacional de Instalaciones Deportivas 2005 disponibilizado pelo Consejo Superior de Deportes (2005) para identificar a evolução da construção das instalações esportivas por diferentes instituições públicas e privadas. Além disso, foram analisadas legislações europeias e espanholas sobre o esporte e as instalações esportivas.

No que se refere a Sevilha foi utilizado o Relatório dos Centros Deportivos de Sevilha disponibilizado pelo Instituto Municipal de Deportes (IMD), órgão responsável pela política esportiva em Sevilha, em que são apresentadas as diferentes instalações esportivas pública de propriedade do IMD, os modelos de gestão, os espaços disponíveis, as atividades ofertadas e a localização.

Além da pesquisa documental, empreendemos uma pesquisa teórica em trabalhos de diferentes autores espanhóis sobre a política esportiva da Espanha, especificamente sobre instalações esportivas, gestão esportiva e gestão de instalações esportivas. Estes estudos contribuíram para que contextualizássemos, discutíssemos e analisássemos os dados sobre a realidade da Espanha e de Sevilha.

Os dados são apresentados e analisados nas duas subseções a seguir, em que na primeira discutimos no âmbito geral da Espanha, em seguida, especificamente, a cidade de Sevilha.

Instalações Esportivas na Espanha

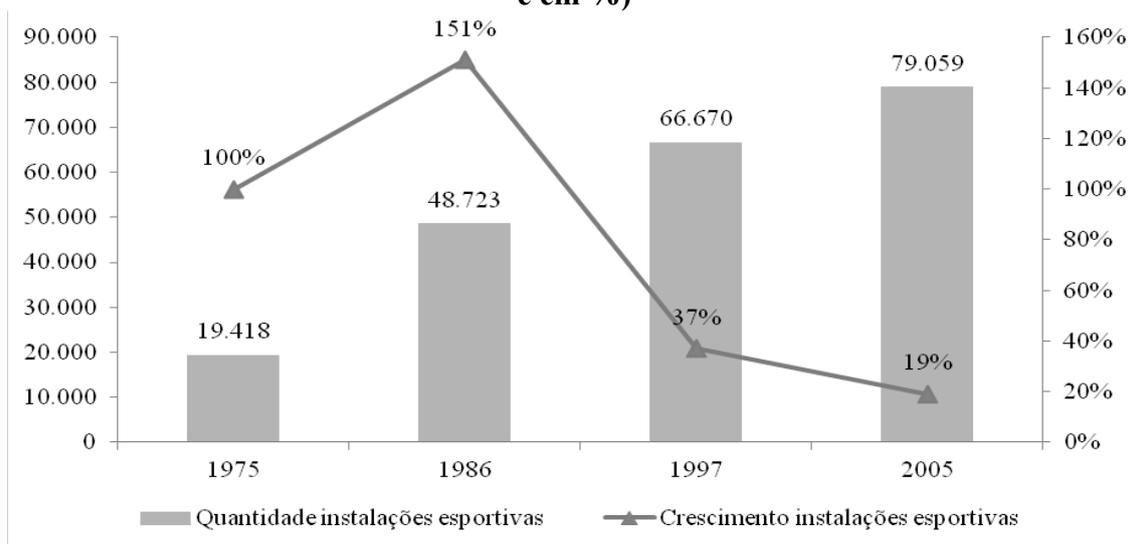
Como apontamos acima, o processo mais amplo na Europa teve reflexo direto sobre a Espanha, tanto que “Desde el proceso de instauración del Estado de Bienestar en España, el deporte ha logrado conquistar el espacio público de la ciudadanía y convertirse en un ámbito con gran influencia social, política y económica” (SÁNCHEZ; GAVIRA; RODRÍGUEZ DÍAZ, 2014, p. 111). A Constituição Espanhola de 1978, ainda sob a égide do Estado de Bem-Estar Social estabeleceu em seu artigo 43.3 que “Los poderes públicos fomentarán la educación sanitaria, la educación física y el deporte.”, além de apontar que as Comunidades Autônomas poderiam assumir competências em relação a promoção do esporte. Tanto a transição democrática na Espanha, quanto a sua Constituição de 1978 tiveram um papel decisivo para promover o esporte para todas as classes.

Buscando institucionalizar ainda mais o esporte na Espanha, foi promulgada a Lei 13/1980 (Lei Geral da Cultura Física e Esporte) que tinha como objetivo “[...] el impulso, orientación y coordinación de la educación física y del deporte como factores imprescindibles en la formación y en el desarrollo integral de la persona.”, reconhecendo o esporte como um direito de todo cidadão. Outro elemento importante desta legislação é o estabelecimento do princípio da descentralização para o fomento e coordenação do esporte, tanto que foi definido que o município deve desenvolver as políticas físico-esportivas e realizar a gestão das instalações públicas de esporte, como

também garantir legislações urbanísticas para reservar espaços para a prática esportiva (ESPANHA, 1980). García e Puig (2016) compreendem que houve o fortalecimento do entendimento na Espanha de que o esporte deveria ser garantido em grande parte pela administração pública local, sobretudo, no âmbito do município.

Como pode ser observado na Figura 1, ocorreu um crescimento quantitativo de instalações esportivas na Espanha de 1975 a 2005, ou seja, aumentou mais de três vezes ao longo das 3 décadas. Houve também, crescimento da prática esportiva dos espanhóis – se refere aqueles com idade entre 15 e 65 anos –, passou de 22% em 1975 para 45% em 2010 (SÁNCHEZ; GAVIRA; RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2014). A Carta Europeia de Esporte Para Todos de 1975 influenciou diretamente o crescimento de instalações – haja vista que o período posterior a ela foi quando mais teve crescimento a construção de instalações esportivas espanholas, 51% –, como também o número de praticantes de esporte na Espanha (SÁNCHEZ; GAVIRA; RODRÍGUEZ DÍAZ, 2014; RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2008).

Figura 1: Instalações esportivas na Espanha – Série 1975 a 2005 (valores absolutos e em %)



Fonte: Consejo Superior de Deportes – Censo Nacional de Instalaciones Deportivas 2005.
(Elaboração própria)

O resultado do aumento do número de praticante e instalações fez com que o esporte passasse a ocupar o imaginário social dos espanhóis, tanto que “A principios de los años noventa, la presencia del deporte había adquirido tal relevancia en la vida de los españoles que resulta difícil entender hoy a esta sociedad sin contemplar el deporte como una parte esencial de su cultura” (SÁNCHEZ, GAVIRA; RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2014, p. 115). Portanto, o esporte na Espanha deixou de ser uma atividade marginal e pouco valorizada pela população, para se tornar parte do dia-a-dia das pessoas (ESCAMILLA-FAJARDO; ALGUACIL; GIMÉNEZ-ESPERT, 2018).

O Estado espanhol se organiza a partir da divisão em 17 Comunidades Autônomicas. Burillo et al. (2010) apresentam que há uma relação direta entre o desenvolvimento econômico e social das Comunidades Autônomas – desenvolvimento industrial, crescimento econômico e concentração populacional – com elevadas taxas de prática esportiva e um bom perfil das instalações esportivas. Já Castillo (2001) identificou que as Comunidade Autônomicas com maior desenvolvimento socioeconômico são aquelas que apresentam maior quantidade de instalações esportivas e maior presença de entidades privadas na gestão daquelas. Dessarte, embora tratemos de dados nacionais, há questões regionais que fazem com que existam grandes diferenças em relação a prática esportiva e a presença de instalações esportivas nas diferentes Comunidades Autônomas espanholas.

Buscando aprofundar o debate, apresentamos na Tabela 1 os proprietários das instalações esportivas na Espanha. Em 2005, eram 79.059 instalações esportivas, destas 65,50% eram propriedade do setor público, enquanto 34,50% eram do setor privado. Chama atenção que a maior parte das instalações esportivas eram públicas, embora as privadas tenham um papel relevante.

Tabela 1: Tipos de propriedade das instalações esportivas na Espanha (valores em % e absolutos)

Tipologia de propriedade		Antes 1975 (%)	1976- 1985 (%)	1986- 1995 (%)	1996- 2005 (%)	Total (%)	Total Absoluto
Privado	Associativo	28,1	24,24	22,57	25,09	100,00	2.339
	Empresas	10,84	20,69	31,69	36,78	100,00	4.834
	Não esportivo*	30,85	27,07	25,66	16,42	100,00	20.028
Público	Administração Geral do Estado	34,00	30,98	22,29	12,73	100,00	1.410
	Administração Autônômica	25,90	28,70	23,56	21,84	100,00	7.249
	Administração Local	21,54	25,97	29,76	22,73	100,00	43.105

Fonte: Consejo Superior de Deportes – Censo Nacional de Instalaciones Deportivas 2005. (Elaboração própria)

* Obs.: Privado não esportivo se refere a instalações esportivas que estão situadas em locais educativos, religiosos, residenciais, sociedades empresariais, turísticos e outros.

A maior parte das instalações esportivas era de propriedade da administração local, em 2005, representam 54,59% do total e 83,27% em relação as instalações esportivas públicas, a preponderância daquelas vem desde 1975. Desta forma, aquilo que foi sendo estabelecido pela União Europeia e pela Espanha acabou se concretizando, isto é, a descentralização das instalações esportivas em direção a administração local. É importante situar que no caso da administração local, as prefeituras abrangiam 96,66% do seu total de instalações esportivas, isto se deve ao fato que os centros públicos de educação infantil, secundária e especial fazem parte daqueles (CONSEJO SUPERIOR DE DEPORTES, 2005).

Dessarte, “En España, los servicios deportivos municipales adquieren una gran importancia, ya que gestionan la mayoría de las instalaciones deportivas [...]” (GARCÍA-UNANUE; FELIPE; GALLARDO (2014, p. 17). Para Escamilla-Fajardo; Alguacil e Giménez-Espert (2018) a administração local é a principal promotora de serviços esportivos públicos, haja vista sua proximidade com os cidadãos e sua melhor posição para realizar a gestão das instalações esportivas.

O Consejo Superior de Deportes (2005) apresenta que ao longo do tempo a gestão das instalações esportivas na Espanha foi mudando. Nos anos 1970, havia pouca prática esportiva e poucas instalações; nos anos 1980, a construção se dava pelas prefeituras, sem planejamento, não se pagava para praticar esporte, ele era subvencionado para criar o hábito e a gestão era direta; nos anos 1990, as prefeituras passaram a ter déficits que exigiam controle de gastos, com isso apareceram as primeiras empresas esportivas privadas e se construíram novas formas de gestão (indireta); nos anos 2000, se deu a consolidação de mescla de gestão, como autofinanciamento, oferta de serviços esportivos de qualidade e consolidação da figura do gestor esportivo.

Para Sánchez; Gavira e Rodríguez-Díaz (2014), a partir dos anos 1990, houve um processo de dissipação da democratização do esporte na Espanha, sendo consolidada a hegemonia do mercado. As instalações esportivas de propriedade das empresas privadas foi o único que teve crescimento do seu percentual ao longo do tempo analisado, conforme Tabela 1. Destarte, no que tange a propriedade das instalações esportivas a hegemonia tem sido da esfera pública. Além disso, Puig e Maza (2008) apontam a tendência dos espanhóis de utilizarem as instalações esportivas públicas para prática esportiva.

Se por um lado, 65,50% das instalações eram públicas e 34,50% privadas, no âmbito da gestão, 59,81% tinham gestão pública, enquanto em 40,19% a gestão era privada (CONSEJO SUPERIOR DE DEPORTES, 2005). Portanto, 5,67% das instalações públicas eram geridas pelo setor privado em 2005. No que se refere ao âmbito da administração local, eram proprietários de 54,53% das instalações esportivas, contudo realizava a gestão de 43,08% do total. Isso demonstra que a descentralização

não foi apenas das instalações esportivas em direção a administração local, sobretudo as prefeituras, mas também em direção a gestão privada delas, principalmente, associações e empresas.

Há uma clara diferença entre a gestão realizada por uma organização pública e uma privada, enquanto aquela busca que muita gente pratique esporte, esta busca ter benefícios econômicos (fidelização e captação de clientes) (CONSEJO SUPERIOR DE DEPORTES, 2005). Além disso, Martínez-Tur; Tordera e Ramos (1996) apontam outras diferenças entre instalações públicas e privadas: a) as privadas são mais orientadas ao mercado; b) as instalações públicas sofrem mais pressões externas de instâncias políticas; c) as instalações públicas tem uma maior heterogeneidade de demanda, pois deve atender a todos os cidadãos, enquanto as privadas focam em segmentos específicos da população; d) enquanto as instalações públicas contam, sobretudo com controle político e social, as privadas tem um controle econômico na busca de rentabilidade; e e) as instalações públicas apresentam uma estrutura organizacional mais burocrática tendo maior dificuldade que as privadas de se adaptar as inovações. Embora García-Unanue, Felipe e Gallardo (2014, p. 17) concordem que há diferenças entre a gestão esportiva pública e privada, apontam que “[...] los estilos de gestión deportiva pública y privada no difieren en gran medida, destacándola introducción de cada vez más herramientas de gestión en el sector público y municipal [...]”.

Escamilla-Fajardo; Alguacil e Giménez-Espert (2018) abalizam que o contexto de crise iniciado em 2008 fez com que ficassem mais diminutos os recursos públicos dos municípios espanhóis para o esporte, assim, “Para poder garantizar los servicios de forma viable, es cada vez más factible el reclamo del sector privado en las

administraciones públicas.” (ESCAMILA-FAJARDO; ALGUACIL; GIMÉNEZ-ESPERT, 2018, p. 34). Puyana e Cano (2016) colocam que a crise econômica teve reflexo direto sobre as organizações de gestão de instalações esportivas na Espanha, tendo ocorrido diminuição dos seus ativos, receitas e pessoal empregado, elas teriam sido afetadas, sobretudo, por ser na sua grande maioria – 95,4% – micro e pequenas empresas.

De acordo com o Consejo Superior de Deportes (2011) as causas que fazem a administração pública buscar a gestão indireta são: diminuir o nível global de gasto, aumentar a eficiência da gestão ao ter um especialista, maior qualidade do serviço e maior flexibilidade na tomada de decisões. Contudo, pode gerar alguns inconvenientes, como: maior custo do serviço para o público e perda de controle por parte da administração (CONSEJO SUPERIOR DE DEPORTES, 2011).

Para Quesada (2014, p. 80), “La eficacia en la prestación de servicios públicos por operadores privados está fuertemente condicionada por la vigilancia y control que la Administración ejerza sobre aquellos y los medios de que disponga para ello [...]”. Dessarte, a administração pública deixa de ser o prestador de serviço para ser o planejador, organizador, controlador e avaliador dos serviços prestados por uma empresa concessionária (QUESADA, 2014). Além disso, Quesada (2014) defende que o sistema esportivo municipal espanhol precisa contar com a participação do setor privado para que possa crescer e atender novas demandas e garantir sua viabilidade econômica.

Outra questão que chama atenção é baixa presença das associações esportivas como proprietária de instalações esportivas, na Tabela 1. Escamilla-Fajardo; Alguacil e Giménez-Espert (2018) esclarece que no âmbito associativo os clubes esportivos são seus principais representantes, sendo que um dos seus principais aspectos de sua

natureza jurídica é ser entidades sem fins lucrativos tendo um status peculiar, operando em um ambiente compartilhado com o setor público e privado como um provedor dos serviços esportivos para comunidade.

Rodríguez-Díaz (2008, p. 41) coloca que

En España se ha propiciado una política de equipamientos dirigida a los clubes, la mayoría de los cuales no disponen de suelo patrimonial. Este colaboracionismo, con acuerdos mutuos, enmarca el tejido social del deporte en España como un tejido dependiente de los poderes del Estado. Pero a su vez, las instituciones oficiales dependen de los clubes, pues sólo éstos pueden organizar las actividades deportivas que proponen las leyes.

Portanto, fica claro que há uma relação, ou mesmo uma dependência, direta entre o Estado e os clubes na Espanha para que as políticas esportivas sejam realizadas. Agora vamos conhecer um pouco da realidade de uma das principais cidades da Espanha, Sevilla, no que tange as instalações esportivas públicas e a gestão delas.

Instalações Esportivas em Sevilha

Sevilha é a capital da Comunidade Autônoma de Andaluzia, situada no sul da Espanha, sendo a quarta maior cidade espanhola em número de habitantes. Andaluzia e Sevilha tem um fraco desenvolvimento industrial, com exceção do setor de turismo que é bem desenvolvido.

Ao comparar as instalações esportivas das diferentes Comunidade Autônomas espanholas, Burillo et al. (2010) identificou que Andaluzia era a quarta pior em relação as instalações esportivas por habitantes e a sexta pior no que se refere a densidade delas por superfície, contudo a quarta melhor em relação a qualidade das instalações esportivas. Os referidos autores apontam que Andaluzia ocuparia apenas a 13^a

colocação dentre as Comunidades Autônomicas, no que tange a quantidade e qualidade das instalações esportivas.

Sevilha é uma cidade que expressa as modificações de intencionalidade no esporte, pois a partir dos 1990 apostou na construção de uma Cidade do Esporte, a partir de eventos associados ao espetáculo esportivo para atrair turistas (RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2008). Este processo foi influenciado diretamente pela Exposição Universal de 1992 (Expo 92), realizada na referida cidade, tendo ocorrido uma reorientação de sua sociabilidade, fazendo com que o esporte expressasse de uma nova maneira, dentro de novos valores urbanos.

Na Espanha, de 1977 a 1992, as políticas esportivas foram descentralizadas para os municípios, em que havia a construção de instalações esportivas que eram básicas, situadas em bairros populares na periferia e em que a população utilizava as instalações esportivas gratuitamente. Expressão disso é que a Lei 7/1985 – Reguladora de las Bases de Régime Local –, estabeleceu que as prefeituras deveriam proporcionar instalações esportivas para ocupação do tempo livre, bem como promover de serviços aquelas.

De acordo com Rodríguez-Díaz (2008), este modelo coincidiu com a derrocada do Estado de Bem-Estar Social, em que o esporte foi passando a ser ofertado em grande escala pelo mercado, perdendo espaço o Estado. Tanto que as empresas privadas passaram a atuar na gestão das instalações esportivas sob responsabilidade do IMD de Sevilha.

A partir da Expo 92 e dos Jogos Olímpicos de Barcelona 1992, houve um interesse de Sevilha para sediar os Jogos Olímpicos, tendo ocorrido a construção de pequenas unidades nos bairros e caras construções como o estádio de La Cartuja. Assim, “La planificación alentada por los grandes eventos contribuyó a impulsar, y

también a separar, con más énfasis las zonas del *Deporte Para Todos* de las del *Deporte de Alto Rendimiento*.” (RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2008, p. 96). De 1993 a 1999 houve crescimento maior da organização de eventos esportivos globais e de alto rendimento, em detrimento de instalações populares locais em Sevilha (RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2008).

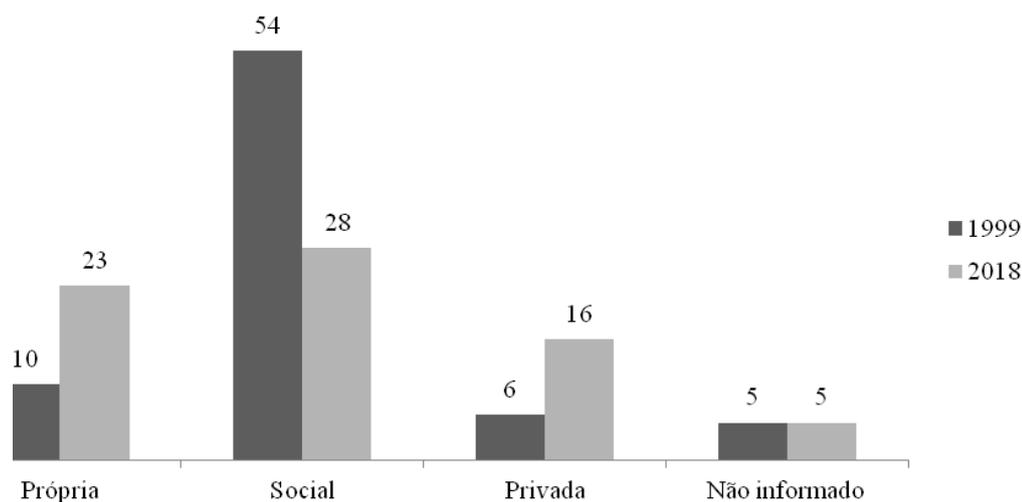
Em Sevilha, se por um lado, de 1985 a 1990, a maior parte das instalações esportivas eram pequenas e elementares, cobrindo os bairros em que se localizavam; por outro, de 1990 a 2005, a maioria dos centros esportivos eram maiores, cobrindo o distrito ou a cidade (RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2008). Embora Sevilha tenha suas especificidades, de modo geral, o histórico de desenvolvimento das instalações esportivas é expressão daquilo que se deu na Espanha, conforme apresentamos por Consejo Superior de Deportes (2011).

Quando se analisa o crescimento das instalações esportivas sob responsabilidade da prefeitura de Sevilha, por meio do IMD, é possível perceber que não houve um grande investimento a partir dos anos 2000, pois, atualmente são 72 instalações esportivas (IMD, 2018), em 2011 eram 79 (IMD, 2011) e em 1999 eram 75 (INSTITUTO DE DEPORTES, 1999). Isto demonstra que nos últimos anos teve diminuição das instalações esportivas existentes, não havendo ampliação delas para outras regiões da cidade. Identificamos que 19 instalações esportivas que existiam em 1999 não fazem parte na atualidade daquelas sob responsabilidade do IMD, os motivos para isso vão desde instalações esportivas que foram fundidas até aquelas que foram abandonadas.

Nas grandes cidades espanholas, por consequência em Sevilha, é possível identificar 3 diferentes modelos de gestão das instalações esportivas: própria, social ou associativa e privada (RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2008), sendo a primeira conhecida como

gestão direta e as duas últimas como gestão indireta. A partir de Consejo Superior de Deportes (2011) podemos classificar que a gestão das instalações esportivas em Sevilha é mista.

Figura 2: Modelos de gestão das instalações esportivas públicas de Sevilha – Série 1999 e 2018



Fonte: Instituto de Deportes (1999) e IMD (2018). (Elaboração própria).

A gestão própria é aquela em que a gestão das instalações esportivas se dá pela prefeitura, no caso pelo IMD, em que os gestores e demais trabalhadores pertencem ao quadro de funcionários do município. Como pode ser observado na Figura 2, houve de 1999 para 2018 um aumento da gestão própria em Sevilha, indo na contramão do que foi apresentado por Rodríguez-Díaz (2008), ao afirmar que este modelo está desaparecendo em detrimento dos modelos de gestão indireta.

Vimos apontando ao longo do texto para um crescimento da gestão indireta na gestão de instalações esportivas públicas na Espanha a partir de diferentes autores – ESCAMILLA-FAJARDO; ALGUACIL; GIMÉNEZ-ESPERT (2018), GARCÍA; PUIG (2016), QUESADA (2014) E CONSEJO SUPERIOR DE DEPORTES (2005; 2011). García e Puig (2016, p. 56) reforçam que “[...] desde los años 90 los ayuntamientos

comenzaron a establecer relaciones de cooperación con otras organizaciones para buscar fórmulas mixtas en la gestión de instalaciones deportivas con el fin de que le aportaran un valor agregado al servicio”. Entretanto, este processo se dá de maneira diversa em municípios de Comunidades Autônomicas diferentes, é o que mostra o estudo de Arboledas e Puig (2012) ao compararem municípios da Catalunha e de Andaluzia, apontando que a primeira tem menos gestão própria que a segunda, no que tange as instalações esportivas, apontam que isto se articula com questões históricas, sociais, políticas, econômicas, etc.

A gestão social é a transferência da gestão do município para entidades esportivas ou associações, geralmente para clubes de bairros populares, isto acontece porque faltam condições, como recursos e pessoal, para que o IMD realize a gestão. Deste modo, entidades e associações esportivas que estão nas proximidades das instalações esportivas se organizam para realizar a gestão delas. Este processo se realizava até 2013 por meio de juntas gestoras, em que havia participação de gestores do IMD, contudo a partir de 2014, a gestão passou a ser realizadas por clubes ou associações através de concessão administrativa, não buscando ter lucros. Para Escamilla-Fajardo, Alguacil e Giménez-Espert (2018, p. 37) “el tejido asociativo en España tiene un gran peso, ya que oferta todo tipo de actividades para la población general. La estructura jurídica y funcional es diversa pero su característica de sin ánimo de lucro, le aporta un valor añadido, respecto a las demás.”.

De acordo com Rodríguez-Díaz (2008), em uma análise sobre Sevilha, nos anos 1980 a maior parte das instalações esportivas tinham modelo de gestão social, como podemos ver na Figura 2, ocorreu uma diminuição de 1999 para 2018 do número de instalações geridas por entidades esportivas ou associações, tanto que percentualmente

passou de 72% para apenas 39%. Contudo, a gestão social continua sendo o modelo preponderante de gestão das instalações esportivas de Sevilha. Isto se articula, conforme apontam Rodríguez-Díaz (2008) e Escamilla-Fajardo; Alguacil e Giménez-Espert (2018), ao tecido social que dá base ao sistema esportivo sevilhano.

A gestão privada se dá por empresas que buscam ter lucro por meio das instalações esportivas que administram. Rodríguez-Díaz (2008) aponta que a maioria das instalações esportivas inauguradas em Sevilha a partir de 1998 passaram a ter este modelo de gestão. Na Figura 2 pode ser notado que teve um crescimento de 6 para 16 instalações esportivas com gestão privada de 1999 para 2018 em Sevilha.

De acordo com Rodríguez-Díaz (2008, p. 109), “La tendencia observada es la desaparición de la *gestión propia*, desviando exteriormente las tareas, en la búsqueda de un *modelo colaboracionista*.”. Podemos ver que esta tendência se confirma, pois houve expansão da gestão das instalações esportivas por empresas, tendo ocorrido uma diminuição da gestão social por associações e entidades esportivas, embora estas continuem realizando a maior parte da gestão daquelas. A gestão indireta (colaboracionista) das instalações esportivas responde por cerca de 2/3 do total.

Diferentemente do que aponta Escamilla-Fajardo, Alguacil e Giménez-Espert (2018) ao afirmar que tem crescido a gestão social de instalações esportivas na Espanha em detrimento da gestão própria, no caso de Sevilha, identificamos o oposto disso. Arboledas e Puig (2012) apontam que a maior ou menor presença de gestão direta no esporte está vinculado ao grau de desenvolvimento da sociedade civil, isto tem haver com processos sócio-históricos de cada região, apontando que aquela é menos desenvolvida em Comunidades Autônomicas como Andaluzia em detrimento de outras, como Catalunha.

García e Puig (2016) ao analisarem os serviços municipais de diferentes províncias de Andaluzia identificou que os municípios maiores – acima de 100 mil habitantes – adotaram no esporte formas de gestão indireta com empresas privadas e clubes, enquanto em municípios menores – entre 30 mil e 100 mil habitantes –, predominava a gestão direta. Este elemento se confirma no caso de Sevilha, haja vista ser um município grande e ter um papel predominante da gestão social e privada.

Cada um dos diferentes modelos de gestão é marcado por diferentes tipos de espaços esportivos¹⁰ e atividades que são ofertadas, conforme são apresentadas nas Tabelas 2 e 3. Para além disso, possibilitam relacionamentos e sociabilidades diferentes para aquelas que fazem uso das instalações esportivas.

Tabela 2: Os diferentes tipos de espaços esportivos do IMD em relação aos diferentes modelos de gestão em 2018

Tipo de espaço esportivo	Própria	Social	Privada	Não informado	Total
Quadra poliesportiva	24	14	6	3	47
Academia	10	8	10	2	30
Sala Multiusos	13	4	9	0	26
Campo de futebol de 7	5	11	3	2	21
Quadra de pádel	10	2	6	2	20
Campo de futebol de grama artificial	6	11	1	2	20
Piscina	9	2	8	1	20
Quadra de tênis	4	5	1	1	11
Sala de ginástica	3	0	8	0	11
Campo de futebol de terra	5	3	0	1	9
Quadra de basquetebol	6	0	2	1	9

¹⁰ De acordo com Paloma (1994, p. 43), espaço esportivo é a “superfície terrestre o acuática construída con la intención de que en ella se practique una o varias modalidades deportivas.”. Na literatura espanhola sobre instalações esportivas é comum distinguirem espaços esportivos convencionais – “Son espacios deportivos construidos para la práctica deportiva, presentan dimensiones y cerramientos reglados y adaptados a las características y tipo de cada deporte.”, por exemplo, quadras poliesportivas, campos e piscinas (CONSEJO SUPERIOR DE DEPORTES, 2005, p. 267) – de espaços esportivos singulares – “Son espacios deportivos construidos para la práctica deportiva, que aunque ésta pueda estar reglada, presentan unas dimensiones y características adaptadas a cada tipo. Son espacios más específicos y generalmente tienen unos requerimientos espaciales que hacen que su distribución sea desigual sobre el territorio.”, por exemplo, campos de golfe, estações de esqui, circuitos de velocidade, ciclovias, áreas de tiro (CONSEJO SUPERIOR DE DEPORTES, 2005, p. 267). Há autores que utilizam outras denominações como: equipamentos esportivos convencionais e não convencionais (PALOMA, 1994) e instalações esportivas convencionais e não convencionais (GALLARDO; GÓMEZ, 2004).

Campo de bocha	4	3	1	0	8
Quadra de futsal	5	1	2	0	8
Equipamentos para tênis de mesa	4	2	1	0	7
Área de SPA	0	0	5	0	5
Outros	21	6	8	2	37
Total	130	73	73	18	294

Fonte: IMD (2018). (Elaboração própria)

Nas instalações esportivas que tem a gestão própria pelo IMD, há 130 espaços esportivos, havendo uma média de 5,65 espaços por cada instalação esportiva. Os espaços esportivos que mais se fazem presentes são: quadras poliesportivas, salas multiusos, academias, campos de futebol, quadras de pádel e piscinas. Resguardadas as proporções e temporalidade, há consonância entre os principais espaços esportivos de Sevilha e aqueles identificados pelo Consejo Superior de Deportes (2005) na Espanha, pois os cinco espaços esportivos mais presentes nesta eram: quadras poliesportivas, salas, piscinas ao ar livre, espaços pequenos e não regulamentados, campos de futebol e quadra de tênis.

Nas instalações administradas pela IMD são ofertadas 55 diferentes atividades, em média cada instalação oferece 6,39 atividades, sendo que há instalações que oferecem uma atividade (Centro Deportivo Pino Montañó) e aquelas que chegam a 18 atividades (Centro Deportivo San Pablo).

Há uma relação entre os espaços esportivos mais presentes e as atividades ofertadas nas instalações esportivas com gestão própria, pois as atividades mais ofertadas foram o pilates, zumba e manutenção sênior e 3ª idade, que podem ser realizadas em salas multifuncionais. Também há as atividades: pádel que pode realizada nas quadras de pádel, basquetebol nas quadras poliesportivas e as atividades de fitness e musculação nas academias.

Tabela 3: As diferentes atividades ofertadas pelos diferentes modelos de gestão nas instalações esportivas do IMD em 2018

Atividades ofertadas	Própria	Social	Privada	Não informado	Total
Futsal	6	11	4	0	21
Pilates	12	0	8	0	20
Futebol	1	13	2	2	18
Pádel	9	3	4	2	18
Tênis	6	6	2	1	15
Fitness e Musculação	7	1	6	0	14
GAP	6	0	8	0	14
Zumba	7	0	7	0	14
Futebol 7	2	9	0	1	12
Basquetebol	7	1	2	1	11
Hidroginástica	2	0	8	0	10
Petanca	2	6	1	0	9
Mantenimento sênior e 3ª Idade	7	1	0	0	8
Ciclismo indoor	1	0	7	0	8
Aerostep	4	0	3	0	7
Natação livre	4	0	3	0	7
Outros	64	5	64	1	134
Total	147	56	129	8	340

Fonte: IMD (2018). (Elaboração própria).

As entidades esportivas e associações, que protagonizam o modelo de gestão social, há uma preponderância do futebol em suas diferentes manifestações (futebol, futsal e futebol 7), isto pode ser visto tanto no quantitativo de espaços esportivos, quanto nas atividades mais ofertadas. Isto se deve ao fato da maior parte das instituições que realizam a gestão social, serem clubes de futebol.

A média de espaços esportivos e atividades ofertadas pelas instalações com gestão social é de, respectivamente, 2,60 e 2,00, se limitando como vimos a espaços e atividades relacionadas ao futebol. Normalmente, estes espaços com este modelo de gestão são marcados pela presença masculina, praticando um esporte associado a força e a virilidade (RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2008).

Nas instalações esportivas com gestão privadas a média de espaços esportivos é de 4,56, sendo que aqueles mais presente são: academias, salas multiusos, piscinas e salas de ginástica. Aquelas ofertam 64 diferentes tipos de atividades, em média cada instalação esportiva oferece 8,06 atividades, sendo as mais presentes o pilates, a hidroginástica, o GAP, a zumba, o ciclismo indoor e o fitness e academia. Em geral, estas são atividades mais acessadas pelas mulheres, demonstrando que as empresas vislumbraram a possibilidade de ofertar atividades diversificadas para elas, embora também haja presença masculina naquelas (RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2008).

Por serem empresas privadas acabam tendo condições de atender mais diretamente aquelas “atividades do momento”, ofertando diversas atividades em diferentes horários, conforme apontamos acima, estas instituições se mantêm pelo interesse de ter lucro, logo precisam oferecer um serviço de alta qualidade (MARTÍNEZ-TUR; TORDERA; RAMOS, 1996). Rodríguez-Díaz (2008) demonstra que nas instalações esportivas com gestão privada há um forte discurso ligado a saúde e ao bem-estar, isso parece se manter, tanto que apenas neste modelo de gestão há espaços como área de SPA.

As instalações esportivas que “[...] han sometido a un proceso de privatización de la gestión, confundándose con los centros comerciales o los parques de atracciones (RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2008, p. 33). Isto se deve a natureza destas instituições, a busca de lucro, diversificando os serviços oferecidos para além da prática esportiva. Exemplo disso é a empresa Galisport que realiza a gestão dos Centros Deportivos “Galisport El Porvenir” e “Hispano Aviación Galisport Triana” em Sevilha e diz ter criado um novo conceito de saúde, diversão, lazer e esporte. Algumas das empresas que realizam a gestão das instalações esportivas de Sevilha são especializadas neste tipo de atividade,

tanto que administram instalações esportivas em outras cidades espanholas, como é o caso das empresas “Viding Center” e “O2 Centro Wellness”, mas também fora da Espanha, como a “Go Fit”.

Os diferentes modelos de gestão apresentam diferentes possibilidades de sociabilidade, assim as pessoas que vão aos diferentes modelos de gestão recebem denominações diferentes, na própria são usuários, na social são associados e na privada são clientes. Além disso, é possível ver uma distinção clara entre os espaços e as atividades ofertadas por cada instalação esportiva, enquanto naquelas com gestão social são praticados esportes coletivos, sobretudo o futebol, que envolvem uma relação com o outro, nas com gestão privada, a maior parte dos espaços/atividades proporcionam experiências individualizadas, embora no mesmo espaço estejam mais de uma pessoa não há um direcionamento para a relação entre elas (RODRÍGUEZ-DÍAZ, 2008). As instalações esportivas com gestão própria ficam no meio do caminho, realizando atividades tanto coletivas, quanto individuais.

Considerações Finais

No âmbito social mais amplo houve na Europa a passagem do Estado de Bem-Estar Social para o Estado neoliberal, tendo impactado diretamente os direitos que haviam sido conquistados e vinham sendo implementados, dentre eles o esporte. Expressão disso foi a diminuição do crescimento da construção de instalações esportivas na Espanha, sobretudo daquelas de propriedade pública. Além disso, como manifestação deste processo mais amplo, houve a descentralização das instalações esportivas em dois âmbitos, para o âmbito da administração local, que passaram a ser os grandes responsáveis pela construção daquelas, e para as empresas privadas que

ampliaram o seu papel, seja como proprietárias das instalações esportivas ou como gestoras das instalações públicas.

Sevilha é uma das grandes cidades espanholas que materializa este processo mais geral na Espanha. Antes dos anos 1990 houveram investimentos para construção de diversas instalações esportivas nas distintas regiões da cidade pelo poder público local, contudo passou-se a partir do início daquela década a construir grandes instalações esportivas direcionadas ao esporte espetáculo, haja vista as pretensões de ser uma das candidatas a sede dos Jogos Olímpicos. Nesse processo também, houve uma maior atuação das empresas privadas no desenvolvimento de atividades associadas à prática esportiva.

Nas instalações esportivas de propriedade do IMD de Sevilha a maior parte tem gestão indireta, por entidades esportivas e associações e empresas privadas. Portanto, há uma tendência em curso de descentralização da gestão das instalações esportivas, não apenas em Sevilha (ESCAMILLA-FAJARDO; ALGUACIL; GIMÉNEZ-ESPERT, 2018; GARCÍA; PUIG, 2016; QUESADA, 2014; CONSEJO SUPERIOR DE DEPORTES, 2005; 2011). Como vimos, os distintos modelos de gestão apresentam instalações esportivas que são diferentes, sejam pelos espaços esportivos, pelas atividades ofertadas e pela sociabilidade que possibilitam.

A pesquisa se limitou a analisar apenas a cidade de Sevilha e a Espanha – o fato do último senso de instalações esportivas na Espanha ter sido realizado em 2005 traz limites a análise empreendida, embora apontem tendências importantes sobre o processo evolutivo daquelas no contexto espanhol –, temos clareza que a forma como se dá a gestão das instalações esportivas em outros países e cidades apresentam especificidades. Assim, novos estudos podem se dar no sentido de compreender como este processo se

deu em outros contextos, como o de países como o Brasil, isto é, que não teve um Estado de Bem-Estar Social e que ocupa uma posição periférica no capitalismo.

A mudança social mais ampla busca garantir outro modelo de sociabilidade e relação social, se antes haviam questões coletivas, direitos garantidos e uma forte presença do Estado, o que restou foram questões individuais, perda de direitos e a hegemonia do mercado. Dessarte, a garantia e acesso ao esporte foi se remodelando a partir destes novos parâmetros sociais, colocando-nos novas questões para assegurar que ele seja garantido a todos.

REFERÊNCIAS

ARBOLEDAS, Daniel; PUIG, Núria. Análisis comparativo de los servicios deportivos municipales de Andalucía y Cataluña. **Rev. Int. Cienc. Deporte**, Murcia, v. 29, n. 8, p. 223-244, 2012.

BRACHT, Valter. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. 4. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. (Coleção Educação Física).

BURILLO, Pablo *et al.* La distribución territorial de la oferta de instalaciones deportivas en España. Clasificación de las Comunidades Autónomas en función del ISID. **Apunts: Educación física y deportes**, v. 100, p. 56-65, 2010.

CASTILLO, Jesús Martínez del. La gestión pública y privada de los espacios deportivos en las comunidades autónomas y los sistemas locales. **Apunts: Educación Física y Deportes**, Barcelona, v. 63, p. 74-83, 2001.

COMISIÓN EUROPEA. **Carta Europea del Deporte para Todos**. Resolución 76/41. Bruselas: Comisión Europea, 1976.

_____. **Carta Europea del Deporte. Resolución 92/3**. Bruselas: Comisión Europea, 1992.

_____. **Libro Blanco sobre el Deporte. COM (2007) 391**. Bruselas: Comisión Europea, 2007.

CONSEJO SUPERIOR DE DEPORTES. **Censo Nacional de Instalaciones Deportivas 2005**. Disponível: <https://www.csd.gob.es/csd/estaticos/inst-dep/censo/publicaciones-censo-2005.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

CONSEJO SUPERIOR DE DEPORTES. **De la planificación a la gestión de las instalaciones deportivas.** Um caminho hacia la sostenibilidad. Creaimpression2000 S.L.U.: Madri, 2011. Disponível em: <https://www.csd.gob.es/csd/estaticos/inst-dep/de-la-planificacion-a-la-gestion-de-las-instalaciones-deportivas.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ESCAMILLA-FAJARDO, Paloma; ALGUACIL, Mario; GIMÉNEZ-ESPERT, María del Carmen. Tipos de organizaciones deportivas en España. **Kairós: Revista de Ciencias Económicas, Jurídicas y Administrativas**, Riobamba, v. 1, n. 1, p. 32-39, 2018.

ESPAÑA. **Constituição Espanhola de 1978.** Disponível em: <http://www.congreso.es/consti/constitucion/indice/>. Acesso em: 08 dez. 2018.

_____. **Lei 13/80, 31 de março, Geral da Cultura Física e do Esporte.** Disponível em: <https://boe.vlex.es/vid/ley-general-cultura-fisica-deporte-254874178>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Lei 7/1985, 2 de abril, Reguladora das Bases do Regime Local.** Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1985-5392>. Acesso em: 07 nov. 2018.

GALLARDO, Leonor; GÓMEZ, Antonio Jiménez. **La gestión de los servicios deportivos municipales.** Vías para la excelencia. INDE Publicaciones: Barcelona, 2004.

GALISPORT. **Quem somos.** Disponível em: <http://www.galisport.com/porvenir/qui%C3%A9nes-somos>. Acesso em: 08 dez. 2018.

GARCÍA, Daniel; PUIG, Núria. Análisis de los servicios deportivos municipales en poblaciones mayores de 30.000 habitantes de cinco provincias andaluzas. **Revista de Estudios Regionales**, Málaga, v. 107, p. 35-61, 2016.

GARCÍA-UNANUE, Jorge; FELIPE, José Luis; GALLARDO, Leonor. Autofinanciación en los organismos autónomos deportivos municipales en España: cálculo y evolución. **Revista Española de Educación Física y Deportes**, Madri, v. 404, p. 15-26, 2014.

IMD. **Centros deportivos.** 2018. Disponível em: <http://imd.sevilla.org/centros-deportivos/mapa-interactivo>. Acesso em: 29 jan. 2018.

IMD. **Centros Deportivos Municipales de Sevilla.** Servicio de Planificación, Estudios y Análisis Deportivos. Sevilla, España, 2011.

INSTITUTO DE DEPORTES DEL AYUNTAMIENTO DE SEVILLA. **Guía Centros Deportivos de Sevilla.** Sevilla, España, 1999.

MARTÍNEZ-TUR, Vicente; TORDERA, Núria; RAMOS, José. Tipología de instalaciones deportivas en función de su carácter público o privado: diferencias en la gestión y uso de las mismas. **Apunts: Educación física y deportes**, Barcelona, v. 43, p. 91-102, 1996.

MOLINA-GARCÍA, Javier; FERNÁNDEZ, Isabel Castillo. Pensamiento sobre la gestión deportiva pública: un estudio cualitativo con universitarios valencianos. **Actividad Física y Deporte: Ciencia y Profesión**, Valência, v. 10, p. 13-24, 2009.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 5)

PALOMA, J. C. B. Analisis y diagnostico del sistema deportivo local: punto de partida para el diseño de políticas deportivas municipales. **Apunts: Educación Física y Deportes**, Barcelona, v. 36, p. 38-45, 1994.

PUIG, Núria; MAZA, Gaspar. El deporte en los espacios públicos urbanos. Reflexiones introductorias. **Apunts: Educación Física y Deportes**, Barcelona, v. 91, p. 3-9, 2008.

PUYANA, Moisés Grimaldi; CANO, Patricia Ferrer. Dimensión y perfil de las organizaciones de gestión de instalaciones deportivas. **Apunts: Educación Física y Deportes**, Barcelona, v. 126, p. 72-78, 2016.

QUESADA, Javier Luna. **El control municipal de las concesiones administrativas: el caso de los servicios e instalaciones deportivas**. Auditoría pública, n. 62, p. 63-91, 2014. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4712840>. Acesso em: 15 jan. 2019.

RIAL, Belia Méndez. Evolución de la gestión del deporte en el territorio español: síntesis. **Retos: Nuevas tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación**, v. 26, p. 134-137, 2014.

RODRÍGUEZ DÍAZ, Álvaro Rodríguez. **El deporte en la construcción del espacio social**. Centro de Investigaciones sociológicas: Madri, Espanha, 2008. (Colección Monografía, n. 261)

SÁNCHEZ, David Moscoso; GAVIRA, Jesús Fernández; RODRÍGUEZ-DÍAZ, Álvaro. De la democratización del deporte a la hegemonía de los mercados: el caso español. **Movimiento**, Porto Alegre, v. 20, n. esp., p. 109-124, 2014.

TUBINO, Manoel José Gomes. Movimento Esporte Para Todos: da contestação do esporte de alto nível a atual promoção da saúde. **Fiep Bulletin On-line**, v. 78, p. 24-29, 2008.

Endereço dos Autores:

Fernando Henrique Silva Carneiro
Instituto Federal de Goiás (IFG) – Campus Senador Canedo
GO-403, n. 5000, Residencial Rio Araguaia,
Senador Canedo – GO – 75.250-000
Endereço Eletrônico: fernandohenriquesc@gmail.com

Álvaro Rodríguez Díaz
Facultad de Ciencias de La Educación
Universidade Complutense de Madri (UCM)
Calle Pirotecnia, S/N, C.P: 41013
Sevilla – España
Endereço Eletrônico: jalvaro@us.es

Fernando Mascarenhas
Universidade de Brasília (UNB)
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Faculdade de Educação Física – Asa Norte
Brasília – DF – 70.910-970
Endereço Eletrônico: fernandom@unb.br